

21 DE MAIO DE 2020

19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 351/20.

2 - BETH LULA SAHÃO

Discute o PL 351/20.

3 - RAFA ZIMBALDI

Discute o PL 351/20.

4 - VINÍCIUS CAMARINHA

Discute o PL 351/20.

5 - CAIO FRANÇA

Discute o PL 351/20.

6 - BRUNO GANEM

Discute o PL 351/20.

7 - TEONILIO BARBA LULA

Discute o PL 351/20.

8 - DOUGLAS GARCIA

Discute o PL 351/20.

9 - LECI BRANDÃO

Discute o PL 351/20.

10 - SARGENTO NERI

Discute o PL 351/20.

11 - PROFESSORA BEBEL LULA

Para questão de ordem, solicita à Presidência a concessão de um minuto de silêncio em homenagem à ex-deputada Mariângela Duarte, falecida nesta data.

12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Determina um minuto de silêncio em homenagem à ex-deputada Mariângela Duarte.

13 - MAJOR MECCA

Discute o PL 351/20.

14 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Discute o PL 351/20.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.

16 - LETICIA AGUIAR

Discute o PL 351/20.

17 - ENIO LULA TATTO

Para questão de ordem, indaga à Presidência se é válido o uso de provocação partidária via chat. Reclama de conteúdo apresentado no vídeo da deputada Leticia Aguiar.

18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Pede bom senso aos parlamentares. Informa o número de mortes por Covid 19, nesta data.

19 - CEZAR

Para questão de ordem, indaga à Presidência explicação sobre o cabimento ou não da emenda apresentada pelo deputado Caio França.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Afirma que a emenda fora apresentada extemporaneamente. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente virtualmente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados que o Regimento assim determina, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Discussão e votação do Projeto de lei nº 351, de 2020. Estava com a palavra a deputada Beth Sahão. Tem a palavra V. Exa. pelo tempo remanescente que ficou da sessão passada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Eu estava dizendo sobre o avanço do coronavírus no interior. Esse aumento muito intenso que está havendo nos percentuais. Aqui mesmo, na minha cidade, já estamos com mais de 500 casos suspeitos.

Portanto, suspeitos, a gente já tem que levar em conta que podem ser casos confirmados, devido à falta de testes. Mas, no estado, temos 9.558 casos de mortes, com mais de 73 mil casos de infectados.

O que esse cenário aponta para a gente? Quando determinados deputados dizem “não podemos ficar em casa porque isso é duro”. Também reconheço que as pessoas precisam ir trabalhar.

Também reconheço que isso deve provocar uma ansiedade tremenda em quem precisa ganhar o pão de cada dia, para pôr na mesa, para sustentar os seus familiares, para pagar o aluguel, para pagar parcela do financiamento, para pagar a conta de energia, para fazer as compras de supermercado. Não temos dúvidas a esse respeito.

O que está ocorrendo? Ocorre que o governo é lento na distribuição dos programas, na implementação dos programas que têm que atender essa camada da população. Programas de transferência de renda, programa de garantia de renda mínima.

Aliás, o programa de garantia de renda mínima, num país como o Brasil, de profundas desigualdades sociais, ele tinha que ser permanente. Ele não pode ser temporário, de maneira nenhuma. Isso já tinha que ter sido colocado para as famílias pobres, as famílias de baixa renda. Então fico pensando. Me projeto, às vezes, no interior dessas famílias, para saber o sentimento de profunda insegurança, ansiedade e desespero que eles chegam a viver. Era o momento do governo estar disponibilizando para eles esses programas.

Mas que esses programas pudessem chegar de fato. Porque uma coisa são os discursos feitos. Uma coisa são as narrativas feitas, mas que não correspondem com aquilo que, de fato, está ocorrendo na realidade e no dia a dia desses milhões de famílias no nosso estado e no nosso País.

O governo federal também promete a mesma coisa. Quando ele dispõe a linha de crédito para o empresário, para o microempresário, para o médio empresário, somente 4% até agora conseguiram ter acesso a esses créditos. Portanto, é um descompasso tremendo entre o que se propõe e o que de fato se apresenta para essa população.

Então é claro que tem um levante, que as pessoas falam: “Mas eu não posso ficar em casa”. Qualquer maluco, que chega e fala que as pessoas não podem ficar em casa, acaba tendo uma ressonância. Porque todo mundo precisa comer. Porque todo mundo precisa sobreviver.

Cabe aos governos, tanto o governo federal como o governo Doria, serem rápidos, serem ágeis. Vou dar um número para vocês. Temos hoje, contingenciado no nosso Orçamento, mais de 7 bilhões de reais.

Na verdade, foram contingenciados 7 bilhões e 700 milhões de reais. Isso, para quem quiser ver, está no Sigeo de ontem. Está lá. Vocês podem entrar lá e vocês podem levantar esses números.

Áreas que são importantíssimas como, por exemplo, a Saúde. A Saúde tem um contingenciamento de 332 milhões de reais. Como é que a gente pode apresentar isso? Como é que um governo vira e fala “precisamos tirar daqui, tirar dali” se ele tem os recursos?

Esses recursos estão guardados. Não entendo porque fica contingenciado isso num momento como esse. Para que contingenciar o Orçamento? Deixa para fazer isso no ano que vem, no outro ano. E não agora.

A Habitação, onde tem milhares de pessoas sem condições de moradia, morando embaixo dos viadutos, construindo barracões às margens de avenidas e etc., tem 611 milhões de reais contingenciados - 611 milhões. Esses números não são meus. Esses números estão sendo disponibilizados pelo próprio governo. O governo tem margem de manobra.

Ele pode fazer remanejamento das verbas do Orçamento. Porque nós votamos que ele tem essa margem – grande, inclusive, percentualmente falando – para poder deslocar de um lugar para o outro. Pega esses recursos e utiliza onde estamos mais precisando, aqui no estado.

Mas isso tem que ser rápido. Isso tem que ser urgente. Porque as pessoas estão passando muitas dificuldades. Acredito que os nossos 93 deputados, mais esta que vos fala, têm a consciência de que é preciso atender e socorrer as pessoas que estão precisando, o mais rapidamente possível.

Vou dar um outro dado. Precisamos apresentar uma emenda na área da Cultura. A Cultura tem quase 80 milhões de reais contingenciados. Sabemos o que são os profissionais da Cultura.

Eles, muitas vezes, são profissionais que trabalham de uma forma eventual, mas só têm aquele tipo de renda. É o músico que toca no bar no final de semana. É o artista circense que se apresenta nas cidades, mambembe. É o artista de teatro, que precisa do público para poder ter o seu rendimento. Então, quase 80 milhões.

Pasmem! Educação, 443 milhões de reais - 443 milhões. O governo Doria não incorporou todos os estudantes no programa da distribuição da merenda. Com esses recursos, certamente dava para incorporar, e ainda sobrava muito. Para poder fazer com que a alimentação chegasse para as crianças e para os adolescentes que tanto precisam se alimentar.

Todos sabemos que muitas crianças, muito estudantes, vão para as escolas para poder comer, em primeiro lugar. E para aprender, em segundo. Neste momento, em que eles estão afastados da escola, eles não têm comida. A família não consegue dar comida para todo mundo. Até porque, o contingente de desempregados aumenta a cada dia.

Por fim, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem quase 120 milhões de contingenciamento. Essa que estamos batendo, aqui, todas as sessões. Que fazemos projetos de lei, que fazemos indicação para poder, por exemplo, liberar o programa Bom Prato.

Para poder estender o programa Bom Prato para vários municípios. Porque as pessoas precisam. Para poder dar café da manhã, almoço e jantar, isentando a cobrança. Vocês podem me falar: “Mas é tão pouquinho”. Mas, a pessoa que vive na rua, o morador em situação de rua, que às vezes vive dos donativos de quem passa por onde ele está, nem esse donativo ele está tendo mais.

Às vezes ele fica sem uma refeição. Porque, os abrigos da cidade de São Paulo, dos 26 mil moradores em situação de rua, só abrigam 12 mil. Não conseguem abrigar o restante. Ele fica ao deus-dará. Porque o governo não dá isso para eles. Acho que é uma verdadeira hipocrisia quando o governador Doria vem para a televisão na defesa intransigente da vida.

Reconheço que tem que defender a vida. E quantas vezes o elogio por essas posições no que diz respeito aos aspectos do isolamento social, que ele tem se batido bastante, que ele tem sido incisivo? Ponto.

Além disso, o governo peca. Peca porque fica numa divisão entre São Paulo e o governo federal. Quem perde com isso é a população do estado. Em especial a população mais vulnerável, mais fragilizada.

Esses dias, conversei com o secretário de Segurança Pública. A Secretaria de Segurança Pública tem um contingenciamento de quase 340 milhões de reais.

Esses recursos poderiam ser utilizados, por exemplo, para aumentar as patrulhas. Temos um projeto, uma lei que foi aprovada, a Patrulha Maria da Penha. Poderíamos colocar, implementar outros aplicativos para socorrer as mulheres que são vítimas da violência doméstica.

Para socorrer as famílias que têm membros que são vítimas da violência doméstica. Venho denunciando isso há semanas: que essa violência doméstica já perpassou só as mulheres. Ela também acabou se concentrando nas crianças, nos adolescentes e nos idosos. Os idosos, que muitas vezes não estão conseguindo ir

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputada Beth.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - ... às unidades básicas de Saúde pela dificuldade de acesso. Porque não têm mobilidade. Porque têm medo. Às vezes, as pessoas também estão com medo.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Deputada Beth, para concluir.

A SRA. BETH LULA SAHÃO – PT – Às vezes têm um problema cardiaco. Às vezes têm um problema respiratório.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Deputada Beth, V.Exa. me escuta?

A SRA. BETH LULA SAHÃO – PT – Eu escuto, agora, sim.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB – Para concluir. O tempo de V. Exa. já se encerrou.

A SRA. BETH LULA SAHÃO – PT - Concluindo, Sr. Presidente. Muito obrigada pela sua delicadeza. Eu não estava nem escutando. O senhor me perdoe.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB - Imagina.

A SRA. BETH LULA SAHÃO – PT - Mas encerro aqui a minha fala. Tenho certeza que teremos outras oportunidades para dar continuidade a essas questões tão importantes para poder socorrer a maior parte da população paulista. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS – PSDB - Obrigado, deputada Beth. Próximo inscrito, deputado Rafa Zimbaldi. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. RAFA ZIMBALDI – PL – SEM REVISÃO DO ORADOR – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os deputados e deputadas que participam aqui com a gente.

Primeiro, parabenizar V. Exa. e parabenizar em especial o deputado Vinícius Camarinha e todos os outros deputados pelo projeto que ontem aprovamos a urgência. Acho que a Assembleia Legislativa tem dado exemplo para todo o País no combate a esse vírus, a esta pandemia. Então quero cumprimentar todos os deputados.

Presidente, falando sobre o Projeto de lei nº 351, que é esse que estamos discutindo hoje. A minha maior preocupação, e o que tenho assistido e percebido, é que a coloração partidária tem falado muito mais alto do que a vida das pessoas. Todos os dias estamos vendo políticos, de maneira geral, sejam eles prefeitos, sejam eles governadores, presidente da República, fazendo lives como se fosse um palanque político, se posicionando.

Não sei se se todos aqui acompanharam. Pelo menos, na minha faixa etária, tínhamos um programa na TV Cultura, que chamava Ra-Tim-Bum. Tinha lá o “Senta que lá vem história”.

É isso que vemos todos os dias. Esperando o anúncio que virá naquele dia. Um dia é o bloqueio de entradas e saídas de veículos da cidade. No outro dia é anúncio de rodízio. E agora a antecipação dos feriados.

Presidente, o que mais me deixa preocupado é que em todos os projetos que têm chegado na Assembleia Legislativa, projetos de lei também apresentados pelos municípios, referentes a essa antecipação de feriado, em nenhum momento vi um embasamento técnico.

Ou seja, o que isso vai resultar tecnicamente? Quantas vidas iremos salvar antecipando o feriado? Quando chegarmos lá no dia 9 de julho, que seria o feriado que estamos antecipando, teremos o problema da pandemia resolvido? Ou, alguns municípios antecipando o dia 11 de junho, que é o dia de Corpus Christi. O que será dia 11 de junho? Teremos essa pandemia resolvida?

Ou seja, não estamos vendo um embasamento técnico, com o governador, os prefeitos, eles não estão ouvindo os técnicos. Eles não estão ouvindo a população. Estamos vendo o município de São Paulo, com esses dois feriados, ontem e hoje.

Estamos vendo a fila de veículos entrando no litoral. Eu estava vendo agora: Santos, Guarujá, Caraguatatuba fazendo bloqueio para que os carros não entrem. Ou seja, a conscientização, que os governos deveriam estar fazendo, não está acontecendo. Não estamos vendo. Não existe embasamento técnico.

Por isso votei contra a urgência da antecipação desse projeto de lei que antecipa o feriado. Votarei contra a antecipação. Porque não temos embasamento técnico. Eu estava analisando e vendo uma reportagem. No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Estado de Planejamento, a forma como tem conduzido o combate ao coronavírus.

Eles dividiram o estado do Rio Grande do Sul em 20 áreas. Cada área tem uma bandeira, desde a bandeira amarela, a bandeira laranja, a vermelha. E a bandeira preta, que são em casos mais graves.

Eles estão fazendo isso entre a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Planejamento e todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul. Aqui em São Paulo não tem acontecido isso. Não estamos vendo. Só vemos as decisões vindo de cima para baixo. Seja do governo do Estado, seja dos prefeitos. Só estamos vendo os anúncios acontecendo. Mas, tecnicamente, nem os deputados, muito menos a população, tem recebido as informações.

Não adianta o prefeito e não adianta o governador entrar ao vivo, dando coletiva de imprensa e anunciando o número de casos. Precisamos conscientizar a população. Precisamos flexibilizar os comércios. Logicamente, com toda a responsabilidade.

Você tem regiões do estado de São Paulo que não têm nenhum caso. O governador precisa enxergar isso. A economia do estado e a economia dos municípios está caindo a cada dia. O desemprego está aí. O caos social, causado por essa pandemia, vai ser muito maior do que estamos vendo hoje.

E aí, o que quero é exatamente a conscientização. O que quero é ter um embasamento técnico. Não teria nenhum problema em votar a antecipação de 9 de julho, a antecipação do feriado.

Mas qual é o embasamento técnico que temos? Dia 9 de julho teremos o nosso problema resolvido? Ou o governador vai decretar lockdown? Dia 11 de junho, que é dia de Corpus Christi, estaremos com o nosso problema resolvido? Ou temos outro feriado?

Não estamos entendendo. Não tem lógica, ficar a cada dia tomando um tipo de decisão. Eu acordo hoje, decido o que vou fazer, e anuncio. Amanhã acho que não tem que ser mais isso, como foi a questão do rodízio na cidade de São Paulo e na cidade de Campinas.

O prefeito anuncia o rodízio. A população se movimenta, coloca a sua opinião. “Bom, então agora não precisa ter mais rodízio; agora nós vamos para antecipação do feriado, aí o povo vai viajar”. Por quê? Porque não está tendo uma conscientização.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou votando contra a antecipação desses feriados, porque nós não temos embasamento técnico algum. Nós teremos aqui, dia 11 de junho, o Corpus Christi, em que nós não teremos resolvido o problema da pandemia. No dia nove de julho, nós não teremos resolvido o problema da pandemia.

E aí qual será a surpresa anunciada pelo governador ou pelos prefeitos? Então, Sr. Presidente, quero aqui já declarar meu voto contrário a este projeto. E espero não ter surpresas. A Assembleia Legislativa precisa ser informada do que está acontecendo. O governo do estado não tem passado informação à Assembleia Legislativa.

Nós tivemos, hoje, o anúncio, inclusive uma reportagem, da “Folha de S. Paulo”, dizendo que o governo do estado, o estado de São Paulo é um dos estados menos transparentes nos gastos públicos, com esse decreto de calamidade pública.

Então, presidente, a Assembleia Legislativa precisa participar efetivamente das decisões. Nós não podemos ficar como coadjuvantes e apenas sendo informados de que as coisas irão acontecer.

Nós estamos fazendo a nossa parte; nós cortamos os nossos salários, nós cortamos os salários dos assessores, nós reduzimos os contratos da Assembleia Legislativa, repassamos dinheiro do Fundo da Assembleia.

O que o governo do estado tem cortado? O salário dos secretários continua o mesmo, o número de comissionados no estado continua o mesmo. Ou seja, nós precisamos, presidente, de forma simples e objetiva, participar das decisões junto com o governo do estado e também dar as nossas opiniões.

O governador precisa também se espelhar em exemplos que o próprio PSDB tem dado no Brasil, como no Rio Grande do Sul, que eu exemplifiquei aqui.

Então, nós precisamos de uma atenção e de uma participação efetiva da Assembleia Legislativa junto com o governo do estado, porque eu acho que a Assembleia Legislativa, com a qualidade dos deputados que nós temos, nós temos condições de ajudar no combate a essa pandemia.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Rafa. Parabéns por não ter utilizado seu tempo na totalidade.

O próximo inscrito é o deputado Vinícius Camarinha. Deputado Vinícius Camarinha? Acabou de entrar, só precisa ligar o áudio. Agora sim. Tem a palavra V. Exa., deputado Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, cumprimentar V. Exa. pelo trabalho, a Assembleia Legislativa pelo trabalho que nós todos estamos realizando.

Os números, realmente, são assustadores; dramáticos os números que nós estamos acompanhando pela imprensa. Grande parte dessas pessoas estão sofrendo, com perda de familiares etc. A gente cansa de ver.

Ontem mesmo, quase 1.200 pessoas faleceram vítimas da Covid-19. São números realmente assustadores. E nós, evidentemente, estamos aqui debruçados para encontrarmos as melhores soluções que minimizam os impactos tanto na saúde das pessoas - evidentemente, prioritariamente a saúde -, mas os reflexos na economia da população. Os reflexos que são importantes para a economia.

Isso tem levado à angústia de todos nós, do comerciante, dos autônomos, dos operários; todo mundo vivendo a insegurança do futuro. Isso faz com que nós façamos o que nós estamos propondo hoje: discutir projetos de combate à Covid.

O governo do estado tem lá sua equipe, uma equipe que eu considero ser uma equipe competente para ampará-lo na melhor decisão. Eu confio nisso, presidente Cauê Macris. Não é possível que o governo do estado não consiga montar uma equipe com bons técnicos e mande para nós as melhores sugestões.

São sugestões que minimamente devem ter sido repensadas, devem ter sido debatidas à exaustão, sobre os reflexos de todas essas ações que o governo tem proposto. Isso é uma

confiança que eu tenho, para que nós possamos deliberar aqui, confiando nesses estudos que estão chegando aqui para nós, nessas ações que estão chegando aqui para nós.

E, pela oportunidade, também, Sr. Presidente, eu queria dizer que nós enfrentamos uma primeira etapa do projeto geral de combate à Covid, denominada pelos colegas “projetoão”.

Foi, inclusive, uma sugestão de V. Exa. de nós implementarmos todas as ideias num único projeto. E aqui eu quero chamar a atenção de todos os nobres deputados, deputadas, para entender o propósito do que foi montado.

Se não me engano, o deputado José Américo, grande deputado, do PT, liderança expoente aqui da capital paulista, fez uma observação correta: nós montamos um projeto, presidente, que não é um projeto terminativo.

Ele foi um projeto possível, dentro das possibilidades políticas de serem agrupados num único projeto de lei, mas ele foi posto para ser emendado, para a gente receber as sugestões dos colegas, agora, através de emendas.

Infelizmente, eu ouvi alguns colegas, essa semana - e na hora oportuna eu vou me estender mais, Sr. Presidente -, usarem da palavra aqui com argumentos que não correspondem à verdade.

Não chegaram para mim diversas sugestões que os deputados disseram aqui em plenário. Isso é muito deslegante, muito ruim, porque passa a impressão de que nós não olhamos as sugestões porque não quisemos.

E não é verdade isso, em hipótese alguma. Nós queremos o melhor projeto para a Casa, o melhor projeto para o estado de São Paulo, o melhor projeto para a população. O projeto é de autoria coletiva; então, em todas as boas ideias, eu também serei partícipe, eu também irei assinar o projeto, como fui favorável.

Então, quero deixar bem claro, presidente, aproveitando essa oportunidade, que o projeto é um primeiro passo, é uma vértebra principal, para depois receber todas as outras sugestões através de emendas. Agora nós vamos ter uma segunda e importante discussão de boas sugestões que teremos.

Claro, respeitando... Eu acho isso importante, presidente: nós não podemos - pelo menos essa é minha opinião - criar falsas ilusões para a população. Nós não podemos criar falsas expectativas para a população.

Tem gente propondo aqui emendas que não são de competência da Assembleia, que não são de atribuição do Poder Legislativo estadual. E nem de iniciativa de deputados. A pessoa tem que ser deputado federal, tem que ser senador, se eleger governador, e aí sim propor essas ações.

Eu tenho defendido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas e colegas, que nós façamos um projeto que seja um bom projeto. Acho que temos que ousar, aperfeiçoar, tem coisas que agora institucionalmente serão debatidas, nas comissões; eu acho isso importante.

Mas nós temos a responsabilidade de propor coisas que nós possamos entregar, e não apenas jogar para a galera. Acho que isso não é adequado, e não é o momento de fazermos esse tipo de atuação legislativa.

Então, presidente, para colaborar, não vou usar o tempo todo. Parabéns pelo trabalho da Assembleia, parabéns a todos os colegas. Muita reflexão, muito bom senso nesse momento que nós estamos vivendo. E eu tenho certeza de que nós, deputados; eu, especialmente, estou empenhado em encontrarmos as melhores soluções para o enfrentamento da Covid.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Vinícius Camarinha. Cumprimento V. Exa., também, por não utilizar o seu tempo na totalidade, passando o seu recado.

Próximo inscrito, deputado Gil Diniz. Deputado Gil Diniz. Ausente. Próximo inscrito, deputado Caio França. Tem a palavra V. Exa., deputado Caio.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Mais uma vez, quero cumprimentar todos os parlamentares. Quero, antes de iniciar minha fala a respeito do projeto que nós estamos votando, da antecipação do feriado de 9 de Julho para segunda-feira, agradecer a todos os colegas deputados que foram solidários, aqui, à situação por que nós passamos, e outros já passaram também, em relação à dificuldade de compreensão da questão do protocolo de uma emenda de plenário.

Eu insisto aqui que eu fiz isso. Estava com duas câmeras: a câmera do notebook e a câmera do celular. Eu falei pelo celular e depois pelo notebook. Infelizmente, não contou; mesmo assim, depois eu vim para o notebook.

E, às 14h31, tinha uma mensagem minha solicitando questão de ordem, junto com o deputado Professor Kenny e outros mais. E todos sabem que a questão de ordem se sobrepõe com relação às inscrições para discutir o projeto.

Então, eu lamento muito. E vou fazer uso aqui da emenda que eu protocolei; lembrando que eu protocolei essa emenda de plenário na SGP na maior boa vontade. Conversei com vários colegas; muitos assinaram, dessa mesma forma, mandaram email oficial para a SGP. Vou fazer a leitura aqui da emenda de plenário. Mas eu queria muito agradecer. Foram 32 colegas que fizeram isso.

Então, demonstrando toda a nossa boa vontade no sentido de que as coisas pudessem acontecer com naturalidade. A gente entende que nesse momento aqui, a vivência virtual, as sessões virtuais precisam de uma certa paciência e colaboração do presidente. Por esse motivo, eu queria lamentar mais uma vez o fato.

Mas, de qualquer forma, eu quero ler para os colegas, para que eles possam compreender do que se tratava a minha emenda:

“Com fundamento no inciso II do Art. 175, do Regimento Interno, acrescento os incisos I, II, III e IV ao Art. 1o do Projeto de lei nº 351.

Art. 1o: Caberá ao Poder Executivo remeter à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no prazo improrrogável de 24 horas após a sanção da presente lei, os estudos realizados e a metodologia adotada para a obtenção dos dados de indicadores que demonstram a necessidade de antecipação da comemoração do feriado civil de nove de julho, data magna do estado de São Paulo, excepcionalmente, no exercício de 2020, em 25 de maio do ano vigente, como medida que importará na redução do deslocamento do cidadão do estado e da capital, bem como os dados indicativos de que essa alteração acarreta no aumento da taxa de isolamento domiciliar e social necessário para conter o novo coronavírus.

Inciso II - O Poder Executivo deverá remeter à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no prazo improrrogável de 24 horas após a sanção (Inaudível.) e do interior do estado, bem como dessas regiões para a capital, que contemple medidas educativas e pedagógicas de conscientização, mediante a cooperação do estado com os municípios (Inaudível.) orientadas pela Secretaria (Inaudível.), Departamento de Estradas e Rodagem e da Polícia Militar Rodoviária, das concessionárias que administram os sistemas rodoviários do estado, para que auxiliem as campanhas de conscientização (Inaudível.) para o controle da disseminação do novo coronavírus, necessariamente utilizando dos painéis digitais que se encontram ao longo das rodovias para inserir mensagens pedagógicas: “quarentena não é férias; fique em casa”, “depende de todos nós conter o vírus; fique em casa”, bem como informar, nos painéis digitais, quais municípios adotaram barreiras sanitárias de até o trecho da rodovia, onde exista a alça da rodovia, para que as pessoas possam antecipadamente saber.

Inciso IV - A Polícia Militar e Rodoviária do Estado de São Paulo proverá assistência a todos os municípios que decidirem pela instalação de barreiras sanitárias em seus territórios, devendo as pessoas que pretendem ingressar nos municípios